

Fraport Brasil S.A.
Aeroporto de Fortaleza
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Fortaleza

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Fortaleza ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Fortaleza em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Fortaleza

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Fortaleza

auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2020



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5



Rafael Biedermann Mariante
Contador CRC 1SP243373/O-0



Fraport Brasil S.A

Aeroporto de Fortaleza

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Índice

Balço Patrimonial	3
Demonstraço do Resultado	5
Demonstraço do Resultado Abrangente	6
Demonstraço das Mutaço es do Patrimônio Líquido	7
Demonstraço do Fluxo de Caixa	8
Demonstraço do Valor Adicionado	9
1. Informaço es Gerais	10
2. Resumo das principais políti cas contábeis	11
2.1 Base de Preparação	11
2.2 Mudanças nas políti cas contábeis e divulgaço es	11
2.3 Conversão de moeda estrangeira	12
2.4 Caixa e equivalentes de caixa	12
2.5 Ativos Financeiros	12
2.5.1 Classificação	12
2.5.2 Reconhecimento e desreconhecimento	13
2.5.3 Mensuração	13
2.5.4 Impairment.....	13
2.6 Contas a receber de clientes	13
2.7 Estoques	14
2.8 Despesas Antecipadas.....	14
2.9 Imposto de Renda e contribuiço es social diferidos	14
2.10 Outros ativos	14
2.11 Imobilizado	14
2.12 Intangível	15
2.13 Contas a pagar a fornecedores	16
2.14 Empréstimos e financiamentos.....	16
2.15 Compromissos com o poder concedente	16
2.16 Provisões	17
2.17 Outros Passivos.....	17
2.18 Benefícios a empregados	17
2.19 Distribuiço es de dividendos.....	17
2.20 Reconhecimento da Receita	17
3. Estimativas e julgamentos contábeis	18
3.1 Amortizaço es do intangível.....	18
3.2 Taxa de desconto.....	18
3.3 Provisões	18
4. Caixa e Equivalente de Caixa.....	19
5. Contas a Receber.....	19
6. Impostos, Taxas e Contribuiço es	19
7. Aplicaço es Financeiras Vinculadas	21
8. Imobilizado	22
9. Intangível	23
10. Fornecedores.....	24
11. Salários e Encargos sociais e benefícios.....	25
12. Partes Relacionadas.....	25
13. Compromissos com o poder concedente	25
14. Outros Passivos.....	26
15. Empréstimos e Financiamentos.....	26
16. Patrimônio Líquido.....	27
17. Receita Operacional Líquida	28
18. Custos dos Serviços Prestados.....	29
19. Despesas por Natureza	29
20. Resultado Financeiro.....	30
21. Plano de Pensão	30
22. Provisões Tributárias, Cíveis e Trabalhistas	30
23. Gestão de Risco Financeiro	31
24. Seguros	33

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Fortaleza**Balço Patrimonial**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota		
	explicativa	2019	2018
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	203.218	232.467
Contas a receber	5	23.174	26.300
Estoques		796	446
Impostos a recuperar	6	202	1.586
Despesas antecipadas		1.299	1.309
Outros ativos		76	644
Total do ativo circulante		228.765	262.752
Não Circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	7	13.358	5.905
Impostos a recuperar	6	61.652	25.957
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	30.069	17.988
Imobilizado	8	1.213	1.425
Intangível	9	1.420.285	1.094.321
Total do ativo não circulante		1.526.577	1.145.596
Total do ativo		1.755.342	1.408.348

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Fortaleza**Balanço Patrimonial**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2019	2018
	explicativa		
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	30.948	58.618
Salários, encargos sociais e benefícios	11	6.703	5.090
Impostos a recolher	6	7.466	6.009
Contas a pagar - Partes relacionadas	12	1.158	970
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	15	3.241	1.557
Compromissos com o poder concedente	13	9.979	8.950
Outros passivos	14	3.001	3.382
Total do passivo circulante		62.496	84.576
Não circulante			
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	15	526.478	238.308
Provisão para obrigações legais	22	1.448	-
Compromissos com o poder concedente	13	427.633	403.428
Total do passivo não circulante		955.559	641.736
Patrimônio Líquido			
	16		
Capital social		715.164	689.055
Reserva legal		1.106	-
Reserva especial		5.254	-
Reserva de lucros		15.763	-
Prejuízos acumulados		-	(7.019)
Total do patrimônio líquido		737.287	682.036
Total do passivo e patrimônio líquido		1.755.342	1.408.348

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Fortaleza**Demonstração do Resultado**
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita líquida de serviços e cessão de espaço		174.047	155.748
Receita de construção		337.567	266.672
Receita operacional líquida	17	511.614	422.420
Custo dos serviços prestados	18	(96.758)	(83.563)
Custo de construção	18	(329.803)	(260.539)
Lucro bruto		85.053	78.318
Despesas gerais e administrativas	19	(22.575)	(22.076)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas		55	
Lucro antes do resultado financeiro		62.533	56.242
Receitas financeiras	20	11.862	5.509
Despesas financeiras	20	(30.150)	(42.579)
Lucro antes dos impostos de renda e da contribuição social		44.245	19.172
Imposto de renda e contribuição social	6	(15.103)	(6.378)
Lucro líquido do exercício		29.142	12.794
Lucro por lote de mil ações – R\$		0,04	0,02

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Fortaleza

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	29.142	12.794
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>29.142</u>	<u>12.794</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Fortaleza

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais

	Capital social		Reserva de Lucros			Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
	Subscrito	A Integralizar	Reserva Legal	Reserva Especial	Retenção de Lucros		
Saldos em 31.12.2017	715.164	(226.110)	-	-	-	(19.812)	469.242
Integralização de Capital	-	200.001	-	-	-	-	200.001
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	12.794	12.794
Saldos em 31.12.2018	715.164	(26.109)				(7.019)	682.036
Integralização de Capital	-	26.109	-	-	-	-	26.109
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	29.142	29.142
Constituição de Reserva Legal	-	-	1.106	-	-	(1.106)	-
Dividendo Mínimo (Nota 16)	-	-	-	5.254	-	(5.254)	-
Lucros Retidos (Nota 16)	-	-	-	-	15.763	(15.763)	-
Saldos em 31.12.2019	715.164	-	1.106	5.254	15.763	-	737.287

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Fortaleza

Demonstração do Fluxo de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Nota explicativa	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período		29.142	12.794
Ajustes para reconciliar o lucro líquido aos fluxos de caixa			
Provisão para riscos de crédito	5	4.745	3.429
Provisão de Contencioso	22	1.448	-
Depreciação e amortização	8;9	16.338	13.280
Baixas de ativo fixo		105	-
Ajuste a valor presente - Contribuição fixa outorga	20	24.205	40.223
Margem de construção	17	(7.764)	(6.133)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	15	15.113	1.775
Custos de empréstimos capitalizados		(9.657)	(218)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	(12.081)	(7.782)
		61.594	57.368
Redução (aumento) nos ativos operacionais			
Contas a receber	5	(1.619)	(29.729)
Estoques		(350)	(446)
Impostos a recuperar	6	(34.311)	(26.473)
Despesas antecipadas		10	1.508
Depósitos Vinculados	7	(7.453)	(5.905)
Outros ativos		568	(526)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores operacionais	10	(2.159)	7.879
Fornecedores - partes relacionadas		188	(2.564)
Salários, encargos sociais e benefícios	11	1.613	3.821
Tributos a recolher	6	1.457	5.456
Seguros a pagar		-	(2.327)
Compromissos com o poder concedente	13	1.029	8.950
Outros passivos	14	(381)	3.382
		20.186	20.394
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações		20.186	20.394
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	15	(13.430)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais		6.756	20.394
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangível	8;9	(324.773)	(317.777)
Aumento (Redução) Fornecedores Ativo Fixo	10	(25.511)	47.086
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(350.284)	(270.691)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Captações de empréstimos e financiamentos bancários	15	288.170	238.308
Aumento de capital social	16	26.109	200.001
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		314.279	438.309
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa		(29.249)	188.012
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		232.467	44.455
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		203.218	232.467

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Fortaleza**Demonstração do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais

	2019	2018
RECEITAS	202.655	181.711
Prestação de Serviços	199.581	179.007
Outras Receitas	7.819	6.133
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.745)	(3.429)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(90.446)	(98.496)
(Inclui os valores dos impostos - PIS e COFINS)		
Custo dos Serviços Prestados	(9.979)	(8.950)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(54.752)	(49.255)
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(62)	(69)
Provisão/Reversão Contingências	(1.448)	-
Outras	(24.205)	(40.222)
VALOR ADICIONADO BRUTO	112.209	83.215
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(16.338)	(13.279)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	95.871	69.936
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	11.865	5.782
Receitas Financeiras	11.862	5.778
Ganho Variação Cambial	3	4
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	107.734	75.719
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	107.734	75.719
Pessoal	27.445	26.942
Remuneração Direta	23.562	23.758
Benefícios	2.794	2.292
F.G.T.S.	1.089	892
Impostos, Taxas e Contribuições	44.920	33.194
Federais	37.709	26.283
Estaduais	40	27
Municipais	7.171	6.884
Remuneração de Capitais de Terceiros	6.227	2.789
Despesas Financeiras	5.904	2.514
Aluguéis Pagos	287	190
Perda Variação cambial	36	85
Remuneração de Capitais Próprios	29.142	12.794
Lucros Retidos/Prejuízo do Exercício	29.142	12.794

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações Gerais

A Fraport Brasil S.A Aeroporto de Fortaleza (“Fraport Brasil - Fortaleza” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pela Fraport AG Frankfurt Airport Services Worldwide, umas das empresas líderes no mercado global de aeroportos. A Fraport Brasil - Fortaleza foi constituída no início de 2017, tendo como objetivo exclusivo exercer as atividades de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional de Fortaleza - Pinto Martins. A sede está localizada na Av. Santos Dumond, 1.789, sala 1602, Aldeota, Fortaleza – CE.

Em um processo de licitação internacional, no qual o Governo Federal concedeu quatro aeroportos brasileiros à iniciativa privada, a Fraport AG conquistou a concessão dos aeroportos de Porto Alegre e Fortaleza. A partir de então, a Fraport Brasil – Porto Alegre e a Fraport Brasil – Fortaleza foram estabelecidas tendo como objetivo a criação de dois aeroportos modernos, eficientes e focados no cliente. Em 28 de julho de 2017 foi assinado o contrato de concessão com a Agência Nacional da Aviação Civil – ANAC.

A concessão do Aeroporto de Fortaleza, se dará no prazo de 30 anos com data eficácia em 29 de agosto de 2017. O contrato é dividido em quatro fases:

FASE I-A – fase de transferência das operações do Aeroporto da Infraero para a Concessionária; esta fase teve início em 29 de agosto de 2017. (Concluído em 02/04/2018)

FASE I-B – fase de ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviço. (Início em 29/08/2017 e término em 14/04/2020)

FASE I-C - demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto, para recomposição total do nível de serviço estabelecido no PEA (Plano de Exploração Aeroportuária) (Início em 15/04/2020 e término em 14/04/2022)

FASE II – demais fases de ampliação, manutenção, exploração do Aeroporto, para atendimento aos Parâmetros Mínimos de Dimensionamento previstos no PEA. (Início em 15/04/2022)

Em 02 de janeiro de 2018 a Fraport Brasil – Fortaleza assumiu a efetiva operação no Aeroporto de Fortaleza, ainda em janeiro assinou contrato com o Grupo formado pelas empresas Método Potencial Engenharia e Passarelli. Em 31 de dezembro de 2019, com pouco mais de 95% das obras finalizadas, concluímos a primeira etapa da fase 1B para as obras do *Airside* com melhorias e ampliações das *taxiways* e criação de áreas de segurança nas cabeceiras da pista de pouso de decolagem. Também concluímos novas vias de acesso ao aeroporto e inauguramos o novo *check in* e as expansões dos embarques nacional e internacional. Obras estas em fase de homologação junto à agência regulatória.

Fraport Brasil – Fortaleza tem como obrigações estabelecidas no Contrato de Concessão o pagamento de Contribuição Fixa e Contribuição Variável ao Poder Concedente.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, com base no custo histórico, exceto para os ativos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das ações e políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelos administradores da Companhia em 28 de fevereiro de 2020.

2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes normas foram adotadas pela Companhia pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019:

IFRS 16/CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

Após análise dos contratos, a Companhia concluiu que não possui contratos relevantes que se enquadraram nos conceitos do IFRS 16.

IFRIC 23/ICPC 22 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda": essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do IAS 12/CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos.

A Companhia não identificou tratamentos tributários que gerem incerteza no cálculo de tributos sobre o lucro.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Todas as diferenças, referente a ganhos e perdas cambiais, são registradas na demonstração do resultado.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Ativos Financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e recebíveis.

2.5.1 Classificação

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

a) Ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são ativos financeiros mantidos para negociação e, inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo sendo que os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

b) Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao custo amortizado:

- Contas a receber de clientes
- Outros ativos

Para ativos financeiros demonstrados acima, os ganhos e perdas serão registrados no resultado.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

2.5.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

2.5.3 Mensuração

Valor justo por meio do resultado – os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

Custo amortizado – os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

2.5.4 Impairment

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para riscos sobre contas a receber é constituída em montante julgado suficiente para suportar eventuais perdas na realização de créditos, líquidos de recuperações, levando em consideração o risco por cliente e independente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento.

2.7 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. A Companhia não realiza a venda de produtos e o estoque é utilizado apenas como materiais de consumo.

2.8 Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas, compostas preponderantemente por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

2.9 Imposto de Renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda (IR) e a contribuição social (CS) diferidos são calculados sobre os correspondentes prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, aplicando-se as alíquotas definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos em 25% e 9%, respectivamente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível para compensação.

Os tributos diferidos ativos e passivos, quando aplicável, são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes.

2.10 Outros ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

2.11 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos serão revisados e ajustados, quando apropriado, ao final de cada exercício.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo somente serão capitalizados se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens foram prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Conforme OCPC 05, por se tratar de um contrato de concessão de exploração da infraestrutura, somente os bens que possam ser retidos ou negociados pelos concessionários, sem interferência do poder concedente podem ser classificados como Ativo Imobilizado e contabilizado de acordo com CPC 27. Os bens adquiridos pela Companhia e vinculados à concessão serão classificados como Infraestrutura da Concessão no intangível, sendo a maior parte do valor registrada atualmente no intangível em andamento.

Os bens recebidos do poder concedente não devem ser contabilizados e classificados no imobilizado, pois são reversíveis ao final da concessão e não podem ser livremente negociados ou retidos pela Companhia. Conforme contrato de concessão a Companhia deverá manter controle de inventário atualizado destes bens.

2.12 Intangível

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante um prazo determinado.

O contrato de concessão estabelecido entre a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura.

As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados.

a) Direito de Concessão (outorga)

A concessão obtida pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de exploração. Dessa forma, o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, usando uma taxa de juros estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão.

A amortização do ativo intangível representado pelo reconhecimento do direito de exploração da infraestrutura teve início em 2018, no mesmo momento em que a Companhia assumiu a operação do aeroporto e começou a usufruir os benefícios econômicos. A amortização é realizada com base na curva de passageiros estimada conforme previsto no OCPC 05 - Contratos de concessão.

b) Infraestrutura da Concessão

A infraestrutura dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere à Concessionária o direito de

controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente no encerramento do respectivo contrato, sem direito a indenização.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários do aeroporto pela utilização da infraestrutura e explorar receitas comerciais adicionais pela maior disponibilidade da infraestrutura que foi ampliada.

Os investimentos relacionados a Infraestrutura estão sendo registrados em intangível em andamento e conforme a conclusão da obra os valores são transferidos para a rubrica de Infraestrutura em operação.

A amortização desta parcela do intangível inicia na medida que a Infraestrutura é disponibilizada para uso, conforme curva de passageiros estimada e ocorre até o final do contrato de concessão.

c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.13 Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.14 Empréstimos e financiamentos

São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os custos de empréstimos gerais e específicos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.15 Compromissos com o poder concedente

O poder concedente, Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, estabelece no contrato de concessão que a Companhia pague uma contribuição fixa e outra variável durante todo o período de concessão. A contribuição fixa está registrada sob a denominação “Compromissos com o poder concedente” no passivo não circulante, descontados a valor presente e corrigidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) conforme previsão contratual e deverá ser paga anualmente com início em agosto de 2023 e seu término será no último ano do contrato de concessão.

A contribuição variável corresponde a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da Companhia e será paga anualmente no mês de maio subsequente ao ano de apuração.

2.16 Provisões

Não foi constituída provisão para manutenção, pois não foram identificados custos relevantes relacionados no contrato de concessão que obrigam a Companhia a recuperar a infraestrutura explorada.

2.17 Outros Passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

2.18 Benefícios a empregados

A Companhia concede benefícios a empregados incluindo plano de previdência privada, assistência médica, odontológica, seguro de vida, dentre outros.

2.19 Distribuição de dividendos

Conforme estatuto da Companhia o dividendo mínimo obrigatório é 25% do lucro líquido após absorção de prejuízo e constituição de reserva legal conforme Lei 6.404/76.

Conforme Lei 6.404/76 as companhias fechadas podem ainda deliberar por distribuir valor inferior ao mínimo obrigatório ou realizar a retenção de todo o lucro líquido. É permitida a criação de reserva especial para estes casos.

2.20 Reconhecimento da Receita

As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Concessionária e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável:

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

Receita de serviços tarifários: é reconhecida pelas tarifas pagas pelos usuários quando da efetiva utilização dos serviços, equipamentos, instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contempla as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia. Essas tarifas são realizadas de acordo com as regras previstas no Contrato de Concessão.

Receita de serviços não tarifários: conforme previsto no Contrato de Concessão, a Concessionária pode reconhecer receitas não tarifárias mediante cessão de espaços e prestações de serviços no complexo aeroportuário através de contratos celebrados com prestadores de serviços ou exploradores de outras atividades econômicas.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Companhia deve construir e/ou ampliar a infraestrutura do Aeroporto, e conforme requerido pelo OCPC 05 - Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporcione incrementos futuros de receitas devem ser registradas pela Companhia em suas demonstrações financeiras como contrapartida do ativo intangível. Os custos devem ser registrados e reconhecidos em contrapartida do passivo como fornecedores de bens ou serviços. A Administração da Companhia, através de estudo realizado, adotou adicionar aos custos de construção 2,3% a título de margem.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

3.1 Amortização do intangível

Conforme item 2.12, a amortização das rubricas “Direito de concessão (Outorga)” e “Infraestrutura da Concessão”, o cálculo da amortização é realizado conforme o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros, que se dão em função da curva de demanda. No período de janeiro a dezembro de 2019, a taxa média utilizada foi de 1,59% (1,58% em 2018) que representa a participação do período no total de passageiros esperado para toda a concessão.

3.2 Taxa de desconto

O ajuste a valor presente da outorga foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 11,65% a.a., estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga.

3.3 Provisões

As provisões são mensuradas com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, em montante considerado suficiente para cobrir os gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e conta corrente	50.672	3.095
Aplicações financeiras	152.546	229.372
	<u>203.218</u>	<u>232.467</u>

O montante aplicado em moeda local refere-se a certificados de depósitos bancários (CDB), remuneradas a taxas que variam entre 98% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com liquidez imediata.

5. Contas a Receber

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contas a receber de clientes	31.348	29.729
(-) Provisão para risco de crédito	(8.174)	(3.429)
Total	<u>23.174</u>	<u>26.300</u>

Em 31 de dezembro de 2019, a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 8.174 (R\$ 3.429 em 2018), levando em consideração o risco por cliente.

Movimentação na provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo no início do exercício	3.429	-
Adições	7.312	3.429
Reversões	(2.567)	-
Saldo no fim do exercício	<u>8.174</u>	<u>3.429</u>

6. Impostos, Taxas e Contribuições

a) Impostos a recuperar

As apropriações das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar são decorrentes das aquisições do ativo intangível, e os créditos serão usufruídos de acordo com a respectiva amortização.

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Fortaleza**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	138	1.561
Outros tributos a recuperar	<u>64</u>	<u>25</u>
Total	<u>202</u>	<u>1.586</u>
Não circulante		
PIS e COFINS a recuperar	<u>61.652</u>	<u>25.957</u>
Total	<u>61.652</u>	<u>25.957</u>

b) Impostos a Recolher

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante		
Tributos Retidos	2.024	3.400
Imposto sobre Serviços Terceiros	469	868
IR e CS	3.065	18
PIS e COFINS	1.454	1.313
Imposto sobre Serviços	454	386
Outros Impostos	<u>-</u>	<u>24</u>
Total	<u>7.466</u>	<u>6.009</u>

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

	<u>2019</u>			<u>2018</u>
	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Contribuição Social</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Prejuízo fiscal e base negativa contribuição social	-	-	-	3.797
Diferenças temporárias:				
Provisão Participação nos Lucros e Resultados	988	356	1.344	1.059
Ajuste a Valor Presente - Outorga Fiscal	21.607	7.779	29.386	13.353
Amortização margem de construção	(3.474)	(1.251)	(4.725)	(2.085)
Provisão Devedores Duvidosos	2.044	736	2.780	1.166
Provisões de Contencioso	362	130	492	-
Outras diferenças temporárias	<u>582</u>	<u>210</u>	<u>792</u>	<u>698</u>
Ativo não circulante	<u>22.109</u>	<u>7.960</u>	<u>30.069</u>	<u>17.988</u>

A Companhia projeta lucro tributável suficiente nos exercícios seguintes para utilizar o imposto diferido.

Conciliação entre imposto de renda e contribuição social nominais e efetivo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro antes dos impostos	44.245	19.172
Alíquota aplicável	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa à alíquota nominal	(15.043)	(6.519)
Exclusões (Adições) Permanentes	<u>(60)</u>	<u>140</u>
	<u>(15.103)</u>	<u>(6.379)</u>
Imposto corrente	(27.184)	(14.425)
Imposto diferido	12.081	8.046
Alíquota efetiva	34,14%	33,27%

7. Aplicações Financeiras Vinculadas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Aplicações Financeiras Vinculadas	<u>13.358</u>	<u>5.905</u>
Total	<u>13.358</u>	<u>5.905</u>

O valor de R\$ 13.358 é uma conta reserva, realizada no Banco Nacional do Nordeste, vinculada conforme obrigação contratual no financiamento com o próprio Banco Nacional do Nordeste e representa 2,46% do valor desembolsado, considerando os juros da aplicação.

8. Imobilizado

	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Equipamentos de Informática	Total
Saldo em 31.12.2017	-	-	-	454	454
Aquisição	51	5	104	1.007	1.167
Depreciação acumulada	(1)	-	(2)	(193)	(196)
Saldo em 31.12.2018	50	5	102	1.268	1.425
Aquisição	37	1	-	178	216
Baixas	-	-	(94)	(2)	(96)
Depreciação acumulada	(8)	(1)	(8)	(315)	(332)
Saldo em 31.12.2019	79	5	-	1.128	1.213
Taxa anual de depreciação	10%	20%	20%	20%	

9. Intangível

	Infraestrutura							Total
	Em Andamento	Em Operação	Outorga Concessão	Custos s/ Empréstimos	Margem de Construção	Software	Adiantamento a Fornecedores	
Saldo em 31.12.2017	10.286	-	975.665	-	-	1.025	-	986.976
Aquisição	239.138	2.255	-	2.980	6.133	1.104	71.133	322.743
Transferências	9.156	9.119	-	-	-	2.627	(20.902)	-
Ajuste a valor presente - Outorga	-	-	(202.314)	-	-	-	-	(202.314)
Amortização	-	(107)	(12.231)	-	-	(746)	-	(13.084)
Saldo em 31.12.2018	258.580	11.267	761.120	2.980	6.133	4.010	50.231	1.094.321
Aquisição	319.785	4.124	-	9.657	7.764	648	-	341.978
Transferências	39.907	12	-	-	-	4.468	(44.387)	-
Baixas	-	(8)	-	-	-	-	-	(8)
Amortização	-	(923)	(12.278)	-	-	(2.805)	-	(16.006)
Saldo em 31.12.2019	618.272	14.472	748.842	12.637	13.897	6.321	5.844	1.420.285

- a) Intangível em andamento – Representa o investimento realizado no planejamento das obras de melhorias e ampliação do aeroporto.
- b) Outorga Fixa – Pelo direito da exploração do Aeroporto de Fortaleza, a Companhia desembolsou em 28 de julho de 2017, o valor de R\$ 426.914, a Companhia também se comprometeu a pagar em parcelas anuais, a partir de 2023, o valor total de R\$ 1.080.691. Segundo orientações contidas no OCPC 05, a outorga fixa foi reconhecida a valor presente. O índice de atualização monetária é o IPCA. Foi utilizado o IPCA projetado de acordo com o histórico de metas de inflação para o Brasil, conforme vencimento das parcelas. A taxa de desconto estimada para ajuste a valor presente é de 11,65%. A amortização teve início em janeiro de 2018 quando a Companhia começou a operar o aeroporto e passou a usufruir dos benefícios econômicos. É utilizada a curva de demanda estimada de passageiros como método de amortização.

Contribuição inicial fixa - paga	<u>426.914</u>
<u>Compromisso com o poder concedente</u>	
Valor nominal	1.080.692
Inflação (IPCA)	1.598.448
Ajuste a valor presente	<u>(2.332.702)</u>
	<u>346.438</u>
Outorga Fixa	<u>773.352</u>

- c) Software – A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.
- d) Margem de Construção - representa 2,3% aplicado sobre a receita de construção reconhecida conforme OCPC 05 - Contratos de concessão.
- e) Custos de Empréstimos - São contemplados pelos juros e demais custos de empréstimo diretamente atribuíveis as obras de melhoria e ampliação da infraestrutura do aeroporto conforme estabelecido no Contrato de Concessão.

10. Fornecedores

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fornecedores nacionais - Ativo Fixo	23.385	48.896
Fornecedores nacionais - Gerais	7.563	9.617
Fornecedores Internacionais	-	<u>105</u>
Total	<u>30.948</u>	<u>58.618</u>

11. Salários e Encargos sociais e benefícios

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Salários a Pagar	702	667
Provisão de Férias	1.575	966
Provisões com Pessoal	3.954	3.115
Encargos Sociais a pagar	466	336
Outros	<u>6</u>	<u>6</u>
Total	<u>6.703</u>	<u>5.090</u>

12. Partes Relacionadas**Passivo Circulante**

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contas a Pagar		
Fraport - Aeroporto Porto Alegre	<u>1.158</u>	<u>970</u>
	<u>1.158</u>	<u>970</u>

O Contas a Pagar se refere ao repasse de custos compartilhados de salários e viagens.

13. Compromissos com o poder concedente

A obrigação de compromissos com o poder concedente refere-se a uma contribuição fixa e variável.

A contribuição variável representa 5% da receita bruta total da Companhia paga anualmente no mês de maio do ano subsequente, por esta razão encontra-se registrada no passivo circulante da Companhia. O registro iniciou em 2018, quando a Companhia iniciou a operar o aeroporto.

A contribuição fixa está reconhecida no passivo não circulante conforme estabelecido no contrato de concessão. Os pagamentos ocorrerão anualmente com início em agosto de 2023 e término no último ano do contrato de concessão. Este valor está apresentado a valor presente e é corrigido monetariamente com base no IPCA compreendido no período. A taxa de desconto aplicada é de 11,65%.

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Fortaleza

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante		
Contribuição Variável	9.979	8.950
Não circulante		
Valor Nominal	1.080.691	1.080.691
Inflação (IPCA)	1.573.980	1.596.931
<u>Ajuste a valor presente</u>	<u>(2.227.038)</u>	<u>(2.274.194)</u>
Contribuição Fixa - Outorga	<u>427.633</u>	<u>403.428</u>

14. Outros Passivos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Repassse FNAC (a)	2.476	3.025
Repassse PAN/PAT (b)	42	89
Adiantamento de Clientes	<u>483</u>	<u>268</u>
Total	<u>3.001</u>	<u>3.382</u>

- a) FNAC – Fundo Nacional de Aviação Civil. corresponde ao adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela lei no 9.825, de 23 de agosto de 1999.
- b) PAN/PAT - fixado em função do uso das comunicações e dos auxílios, rádio e visuais em área terminal de tráfego aéreo (doméstico ou internacional) e é destinado ao DECEA – Departamento de Controle do Espaço Aéreo.

15. Empréstimos e Financiamentos

Em 12 de Novembro de 2018, a Companhia firmou um contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), o empréstimo é relativo à ampliação do Aeroporto Internacional de Fortaleza - Pinto Martins, conforme previsto no contrato de concessão.

As amortizações de juros ocorrerão trimestralmente a partir de 2019 até 2038. A amortização do principal se dará a partir de 2022, conforme especificado no contrato.

O Financiamento totaliza o valor de R\$ 692.218, sendo o primeiro desembolso no valor de R\$ 238.308 liberado em 12/11/2018. Os próximos desembolsos estão previstos até o final de 2020.

a) Composição da dívida

Banco	Liberação	1ª Captação	Vencimento	Encargos (% a.a)
BNB	12/11/2018	238.308	15/11/2038	IPCA + 1,76% (spread)

b) Movimento da dívida

Saldo em 31/12/2018	Captações em 2019	Juros Incorridos	Pagamento Juros	Saldo Final 31/12/2019
239.865	288.170	15.113	13.430	529.719

No contrato de financiamento, foram apresentados como garantias, a Cessão Fiduciária de direito dos recebíveis, Fiança bancária de 30% sob cada desembolso e a conta reserva do fundo de liquidez (2,46% sob cada valor desembolsado).

Adicionalmente, entre o acionista e o banco, existe as garantias de penhor das ações e *Equity Support Agreement*.

O contrato de empréstimo realizado junto ao BNB possui cláusulas de obrigações especiais (*covenants*), conforme segue:

- Atraso máximo de 3 dias nos pagamentos;
- Atraso máximo de 30 dias em outras condições não cumpridas;
- Não apresentar as garantias bancárias para outras instituições financeiras;
- Empréstimo com outro banco para financiar o projeto;
- Mudança nos acionistas sem autorização do banco BNB;
- Atraso de outras responsabilidades com protestos acima de R\$ 10.000.

Além do monitoramento periódico realizado pela instituição financeira, a Companhia acompanha mensalmente as cláusulas restritivas. Não há indicativos quanto ao não cumprimento.

Os juros do contrato de empréstimo foram capitalizados em função dos investimentos no ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2019 o montante capitalizado referente aos juros foi de R\$ 9.627. Outros custos diretamente relacionados ao empréstimo também foram capitalizados conforme CPC 20 – Custos de Empréstimos.

16. Patrimônio Líquidoa) **Capital Social**

O capital social é representado por 715.164.188 de ações ordinárias e sem valor nominal, sendo 100% das ações detidas pela Fraport AG Frankfurt Airport Services Worldwide.

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Fortaleza

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Capital Subscrito	<u>715.164</u>	<u>715.164</u>
Capital a integralizar	-	(26.109)
Capital integralizado	<u><u>715.164</u></u>	<u><u>689.055</u></u>

Em janeiro de 2019 a Companhia concluiu a integralização do capital subscrito, com o aporte no valor de R\$ 26.109.

b) Reserva Legal

Em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76 e art. 26, item a do Estatuto Social da Companhia, ao final do exercício de 2019, foi constituída reserva legal no valor de R\$ 1.106, equivalente a 5% do lucro líquido, destinado a assegurar a integridade do capital.

c) Reserva especial

O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, entretanto, por se tratar de companhia fechada, a Fraport, com base no art. 202, § 3º, II da Lei 6.404/76, ao final do exercício de 2019, optou em utilizar o valor de R\$ 5.254 para constituir reserva especial devido aos investimentos para expansão previstos no contrato de concessão.

d) Retenção de Lucros

Também em razão dos investimentos para expansão previstos no contrato de concessão, ao final do exercício de 2019, a Companhia realizou a retenção do lucro remanescente no valor de R\$ 15.763, conforme o art. 196 da Lei 6.404/76.

17. Receita Operacional Líquida

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita bruta – Tarifária	146.427	123.831
Receita bruta – Não Tarifária	53.153	55.176
Impostos sobre receitas	(25.533)	(23.259)
Receita operacional líquida	<u><u>174.047</u></u>	<u><u>155.748</u></u>
Receita de construção	337.567	266.672
Custo de construção	(329.803)	(260.539)
Margem de construção	<u><u>7.764</u></u>	<u><u>6.133</u></u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

18. Custos dos Serviços Prestados

	2019	2018
Serviços de terceiros	(27.574)	(24.831)
Pessoal	(17.445)	(15.383)
Conservação e Manutenção	(11.714)	(12.295)
Outorga variável	(9.979)	(8.950)
Amortização e depreciação	(16.338)	(13.279)
Energia Elétrica	(6.297)	(4.654)
Provisão Devedores Duvidosos	(4.745)	(3.429)
Provisões de Contencioso	(1.448)	-
Água	(457)	(642)
Outros	(761)	(100)
Custo dos serviços prestados	(96.758)	(83.563)
Custo de construção	(329.803)	(260.539)
Total	(426.561)	(344.102)

19. Despesas por Natureza

	2019	2018
Pessoal	(13.576)	(14.707)
Gerais e Administrativos	(5.279)	(4.157)
Seguros	(2.915)	(2.518)
Serviços de terceiros	(775)	(610)
Impostos e taxas	(30)	(19)
Outros	-	(65)
Total	(22.575)	(22.076)

20. Resultado Financeiro

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas Financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	11.737	5.292
Juros ativos e Descontos Obtidos	113	215
Outras receitas financeiras	12	2
Total	<u>11.862</u>	<u>5.509</u>
Despesas Financeiras		
Custos sobre empréstimos	(5.486)	(1.338)
IOF	(110)	(826)
AVP / IPCA Outorga	(24.205)	(40.222)
Despesas bancárias	(228)	(75)
Juros passivos	(83)	(31)
Outras Despesas Financeiras	(4)	(6)
Variação Cambial	(34)	(81)
Total	<u>(30.150)</u>	<u>(42.579)</u>
Resultado Financeiro	<u>(18.288)</u>	<u>(37.070)</u>

21. Plano de Pensão

Em 2018 foi implementada a contribuição para Fundo de Pensão de Previdência Privada em formato opcional para seus funcionários com base em plano contratual de contribuição definida. Uma vez que estas contribuições são pagas, a Companhia não tem outras obrigações com os participantes do plano. As contribuições constituem despesas quando os serviços que concedem direitos a estes pagamentos são prestados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, estas despesas representaram R\$ 402 (R\$ 344 em 2018) e foram registradas no resultado na rubrica “Despesas com pessoal”.

22. Provisões Tributárias, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia possui ações de naturezas cível, trabalhista e tributária envolvendo riscos de perda, classificados pela administração como possíveis e prováveis, com base na avaliação de seus assessores legais, conforme composição e estimativa a seguir:

	2019	2018
Prováveis		
Tributárias	1.442	-
Cíveis	6	-
	1.448	-
Possíveis		
Cíveis	2.154	19
Regulatórias	3.199	-
Trabalhistas	160	-
	5.513	19

23. Gestão de Risco Financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco com taxa de câmbio, risco de taxa de juros, risco de mercado e risco de crédito. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela diretoria. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

Risco de mercado

Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as atividades possam continuar no seu curso normal.

	2019	2018
Dívida (a)	529.719	239.865
Caixa, saldos de bancos e aplicações financeiras (b)	(216.576)	(238.372)
Dívida líquida	313.143	1.493
Patrimônio líquido (c)	737.287	682.036
Índice de endividamento líquido	0,42	0,01

- (a) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme detalhado nas notas explicativas nº.15.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

- (b) O caixa e saldos de bancos é composto de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.
- (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

Categorias de instrumentos financeiros.

Ativos Financeiros ao custo amortizado	2019	2018
Contas a Receber	23.174	26.300
Outros Ativos	13.358	5.905
Passivos Financeiros ao custo amortizado	2019	2018
Fornecedores	30.948	58.618
Partes Relacionadas	1.158	970
Salários, Encargos Sociais	6.703	5.090
Empréstimos e Financiamento	529.719	239.865
Compromissos com o poder concedente	437.612	412.378
Outros Passivos	3.001	3.382

Gestão de risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e contas a receber em aberto. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento.

As perdas de contas a receber foram registradas. A provisão para riscos sobre contas a receber é constituída em montante julgado suficiente para suportar eventuais perdas na realização de créditos, líquidos de recuperações, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento.

Gestão do risco de taxa de juros

Considerando a manutenção de posições de ativos financeiros indexados ao CDI e em patamares significativos em relação aos passivos financeiros, também atreladas ao CDI e parte em taxas de juros prefixadas, levando em conta ainda a estrutura de financiamento das operações, predominantemente de capital próprio, a administração entende que seus resultados possuem baixa sensibilidade a variações nas taxas de juros praticadas no mercado.

A taxa de juros efetiva é composta por um componente prefixado, que não está sujeito a variações e por um componente pós fixado, que é a inflação, medida pelo IPCA.

Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui operações relevantes em moeda estrangeira, portanto não está exposta a incorrer em perdas ou ganhos por causa das flutuações nas taxas de câmbio.

Gestão do risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pelo departamento de Tesouraria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.

24. Seguros

No exercício findo em dezembro de 2020, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Cobertura	Vigência	Prêmio de Seguro
Reparação de danos materiais e corporais a terceiros	Ago/2019 - Ago/2020	5.720.219
Terrorismo	Jan/2019 - Jan/2020	2.537.246
Propriedade	Dez/2018 - Dez/2019	1.725.401
Risco Engenharia	Ago/2017 - Out/2023	1.230.359
Garantia de Cumprimento de Contrato de Concessão com a ANAC	Jul/2017 - Jul/2021	193.686
Transporte Internacional	Ago/2017 - Dez/2021	47.432
Transporte Nacional	Ago/2017 - Dez/2021	36.855
Garantia de Cumprimento de Contrato de Concessão com a ANAC -Ampliação Pista	Fev/2018 - Dez/2020	6.233
Equipamentos	Ago/2019 - Ago/2020	3.526
Cobertura Frota	Ago/2019 - Ago/2020	2.618
	TOTAL	11.503.575

* * *

